

## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Concorrência nº 34/2017 — **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA /3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE**

Impugnante: Adriano de Oliveira dos Prazeres

Ao Presidente da Comissão de Licitação da **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA / 3.ª Superintendência Regional – Petrolina/PE**

Adriano de Oliveira dos Prazeres, brasileiro, solteiro, data de nascimento 07/02/1968, agricultor, CPF nº 462.510.574-91, RG 3.064.64 7 SSP/PE, residente e domiciliado na Rua General Americano Freire, nº 37 Boa viagem, CEP: 51021-120 Recife / Pernambuco, vem respeitosamente, perante V. Sa, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** da **CONCORRÊNCIA** nº 34/2017, com fulcro na lei 8.666/93, pelos fundamentos demonstrados nesta peça.

### **1. DA TEMPESTIVIDADE**

Inicialmente, comprova-se a tempestividade desta impugnação, dado que a sessão pública de recepção dos envelopes está prevista para 19/02/2018, tendo sido, portanto, cumprido o prazo pretérito de 02 (dois) dias úteis previsto no artigo 72, II da Lei 15.608/2007 e Art.41, §2.º da lei 8666/1993, bem como do edital em referência.

**OBJETO da LICITAÇÃO:** Alienação de **37 (trinta e sete) unidades parcelares empresariais** para implantação de empreendimentos agrícolas, agropecuários e agroindustriais, no Projeto Público de Irrigação Pontal, localizado no Município de Petrolina, Estado de Pernambuco

A presente impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, quer por discreparem do rito estabelecido na lei nº 8666/1993 (com alterações posteriores) quer por restringirem a competitividade, condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

---



## IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

### FUNDAMENTOS DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DA ILEGALIDADE

#### 2. DOS FATOS

O IMPUGNANTE, ao verificar as condições para participação no pleito em tela, deparou-se a mesma com as exigências formuladas para a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO – Invólucro n.º 1**, no item 4.2.1 letra “e” referente a comprovação da Garantia de Execução prevista no especificado no subitem 2.2 deste Edital, especificamente nos itens descritos:

" Comprovante de recolhimento da quantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor mínimo da(s) unidade(s) pretendida(s), em moeda corrente, cheque ou título da Dívida Pública, a título de caução, a ser calculada considerando o valor mínimo do hectare especificado no subitem 2.2 deste Edital, na forma prevista na Lei n.º 8.666/93, a ser depositada em conta remunerada, vinculada à Codevasf, que poderá ser movimentada somente por ordem da estatal, cuja cópia do recibo deverá integrar o conteúdo do invólucro n.º 01 – “Documentação de Habilitação”.

e-1) A aceitação do recolhimento efetuado através de cheque estará condicionada à efetiva compensação do depósito até a data de recebimento das propostas, estabelecida no item 1 deste Edital.

e-2) Quando se tratar de garantia em títulos da dívida pública estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda, na forma do art. 56, inc. I, da Lei n.º 8.666/93 (redação dada pela Lei n.º 11.079/2004).

A presente impugnação apresenta questões pontuais que viciam o ato convocatório, quer por discreparem do rito estabelecido na lei 8.666/93, quer por divergir do entendimento pacificado dos Tribunais de Contas e quer por restringirem a competitividade, condição esta essencial para a validade de qualquer procedimento licitatório.

#### 3. DO DIREITO

*1.1- A lei 8666/93 e atualizações em seus artigos 27, 28, 29, 30, elenca quais os documentos devem ser solicitados na fase de habilitação.*

"Art. 31. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira limitar-se-á a:

"II - garantia, nas mesmas modalidades e critérios previstos no "caput" e § 1º do art. 56 desta Lei, limitada a 1% (um por cento) do valor estimado do objeto da contratação."

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável; e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos

